Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

ATA

Ata de reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

Ao décimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) estiveram reunidos na sala de reunião do quinto andar do Tribunal, com a presença de seu presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e dos servidores membros da comissão Cláudio Márcio Soares de Figueiredo, Ivana Esperança de Castro Barros, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Maximiniano Félix Lopes, Nara da Silva Carvalho e Thais Fonseca Correa.

Recomendações

Ficou decidido que a Comissão enviará recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dirtic) acerca do uso da senha para impressões; ao Serviço de Comunicação Institucional (Secom), acerca do cartaz de conscientização sobre o uso das impressoras e economia de papel; e à Secretaria Especial da Presidência, para a substituição das lâmpadas de LED, cujo orçamento feito pelo servidor Rogério Moreira já está com o valor das lâmpadas e da troca das instalações.

Guia de Contratações Sustentáveis

Thais explicou que apenas agora entrou em contato com a demanda do Guia de Contratações Sustentáveis, que não estava sob sua responsabilidade. Ela já fez a leitura do documento e irá, em reunião com o Max, fechar uma proposta a ser apresentada à Comissão.

Tabela de parâmetros

Cláudio explicou que criou uma tabela de parâmetros sobre demandas da Comissão para encaminhar ao Secom, contendo o assunto, o diagnóstico da situação atual, o objetivo da ação da Comissão e a mensagem a direcionar o Secom na criação de ações. Ele sugeriu inclusive a criação de um mascote do TJMMG.

Esperança esclareceu que atualmente o Tribunal está analisando a possibilidade de se criar logotipos outros para além do logotipo oficial, os quais identifiquem comissões, projetos, campanhas, etc, e que isso será submetido ao Tribunal Pleno. Não haveria viabilidade agora, portanto, de sugerir criação de mascote, que poderia ser uma sugestão a ser apresentada posteriormente.

Dr. Fernando Armando concordou que no momento a Comissão não deveria sugerir mascote.

Metas

Cláudio falou sobre resgatar uma sugestão antiga de que se colocasse garrafa pet dentro da caixa de descarga para diminuir o uso de água, ação que está sendo adotada por outros tribunais.

Lisiane informou que foi feito um novo cálculo que agora levará o Tribunal a atingir a meta de consumo de água. Ela esclareceu que, inicialmente, o cálculo feito era proporcional apenas ao número de servidores da Justiça Militar, e desconsiderava os servidores do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Cesi, o que perfaz um total de 87 pessoas que não fazem parte do quadro de servidores, mas que atuam nas dependências do TJMMG. Agora, com o novo parâmetro, a meta de indicador de água e esgoto está sendo atingida, assim como o indicador de energia elétrica, de consumo de papel e de copo descartável, portanto ela não sabe se a ação da garrafa pet ainda seria necessária. Para ela, a Comissão deveria concentrar esforços em outros indicadores que ainda precisam ser atingidos, como reduzir as impressões e o consumo de garrafinha de água mineral e de garrafão retornável, assim como a quantidade de usuários por automóvel.

Lisiane detalhou, ainda, que o descarte dos resíduos de informática também está fora da meta, mas porque ainda não foi feita a licitação para o desfazimento desses materiais. Compra sustentável também está fora da meta, porque o guia ainda está em fase de elaboração.

Max levantou a questão de que, como as impressoras próprias foram recolhidas no último dia 27 de março, isso pode vir a impactar no consumo de papel.

Lisiane sugeriu esperar, então, um mês para avaliar novamente o consumo de papel, e ficou de, em maio, fazer o comparativo entre o que foi solicitado de papel e o quanto saiu de impressão.

Cláudio reforçou que é necessário sugerir à administração o uso da senha para impressão.

Sobre o consumo de água, Lisiane disse que lança como meta a solicitação ao almoxarifado, não o consumo.

Thais disse que está em fase de finalização a contratação da empresa dos colaboradores terceirizados e explicou que, nos primeiros três meses de contrato, é preciso ter capacitação para que eles se adequem quanto ao consumo de energia e de água. Ela solicita sugestões para esse treinamento, que podem entrar como meta das capacitações do PLS.

Lisiane ressaltou a importância de que a empresa terceirizada use material de limpeza biodegradável.

Esperança ressaltou que a nova capacitação do “Índio”, da Asmare, precisará esperar a entrada dos novos colaboradores, para treiná-los quanto ao descarte correto do lixo reciclável.

Lisiane lembrou que, entre os novos terceirizados, um terá que ficar responsável pela pesagem do lixo reciclável (plástico, papel, pilhas e baterias).

Campanha de cores

Dr. Fernando Armando perguntou se, além da palestra para o mês de abril, será feita alguma capacitação de servidores para atendimento ao público autista, como havia sido sugerido em reuniões anteriores.

Nara disse que ficará só a palestra sobre autismo, agendada para o dia 27 pela Escola Judicial Militar (EJM).

Esperança esclareceu que a Comissão de Acessibilidade entrou em contato com o Secom solicitando para fazer uma ação relacionada ao autismo com a distribuição de um quebracabeça virtual para servidores sobre o tema, sem saber que já estava prevista a campanha do Abril Azul da CGPLS. Isso ocorreu no dia seguinte a uma reunião do Escritório de Projetos com a CGPLS para esclarecer que haverá um alinhamento de campanhas entre comissões, para otimizar as ações, daí porque as duas ações foram integradas na campanha, e a distribuição da fitinha da CGPLS ficou atrelada ao dia do lançamento do quebra-cabeça. A demora nesta ação estava ocorrendo em virtude da Dirtic, que demorou a liberar uma plataforma de quebracabeça virtual que não colocasse em risco o sistema do TJMMG, e da Presidência, que precisava avaliar a iniciativa já que, por se tratar de uma plataforma gratuita, envia junto propagandas, mas foi tudo liberado para ser divulgado aos servidores via Spark.

Diante disso, Esperança perguntou se mantém a distribuição da fitinha no dia 18 junto com o envio do quebra-cabeça, ou se o faz no dia da palestra, e a Comissão deliberou por fazer logo a distribuição no dia 18.

Cláudio sugeriu que a distribuição da fitinha seja feita ainda no início de cada mês, no dia 1°.

Lisiane disse que o servidor Leonardo Vaz, do Laboratório de Inovação, havia sugerido a compra das cordas coloridas para crachás, para serem utilizados de forma correspondente ao mês da campanha.

Thais disse que o processo de compra dos cordões para o TJMMG inclusive já está em andamento e, se for ser inserida a aquisição dos modelos coloridos, o momento de inserir o pedido é agora.

Esperança disse que isso poderia ter alguns impedimentos. Um deles é o fato de que, a cada ano, as campanhas mensais versem sobre novos temas e, consequentemente, novas cores.

Outro problema seria a conscientização dos servidores tanto no uso do crachá, cuja adesão já é baixa, quanto à troca das cores. E também o fato de que o símbolo universal das campanhas é a fitinha de cetim com um formato específico, o que significa que o uso dos cordões dos crachás não necessariamente irá gerar o efeito esperado quanto à identificação visual de que o Tribunal está aderindo à campanha.

A Comissão deliberou pela manutenção das fitinhas e pela escolha do tema Maio Amarelo, de combate aos acidentes de trânsito, para a campanha de cores do mês de Maio.

Esperança registrou que o CNJ enviou recomendação de que, em outubro, os tribunais se engajem à Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, com o dia D em 10 de outubro, baseada em lei criada em abril último.

Reunião com o Escritório de Projetos sobre as metas do CNJ

Lisiane explicou que houve uma reunião do Escritório de Projetos com os membros da CGPLS Cláudio, Nara e Esperança. Foi informado pelo Escritório que o que será medido como meta da Comissão é o plano de ação que já está disponibilizado no site, que são as ações que a Comissão já acompanha todo mês, e os indicadores. Ela reforçou que não é só responsabilidade da Comissão o atingimento das metas, porque é consumo, portanto depende do esforço de todos do Tribunal, mas o papel é conscientizar, falar, orientar, e a medição será feita baseada nisso, com uma planilha com o que foi criado/solicitado pela CGPLS, e outra com o que foi efetivamente executado pela administração.

Dr. Fernando Armando disse que essa distinção será muito importante, porque de fato a Comissão não participa da execução.

Sobre a união das campanhas das Comissões, Lisiane explicou que o servidor Leonardo, junto com o chefe de gabinete da presidência Giovanne Gomes da Silva, ficou de agendar uma reunião com todas as comissões, porque houve uma reclamação acerca da quantidade excessiva de campanhas, com muitas palestras, e será preciso fazer um alinhamento para fechar um cronograma único de ações para o ano todo, com no máximo duas ações por mês.

Capacitações em sustentabilidade

Lisiane informou que, para contabilizar, campanha é diferente de capacitação, e até o momento não foi feita nenhuma capacitação na área de sustentabilidade este ano.

O dr. Fernando Armando levantou a questão sobre como preencher essa lacuna.

Lisiane disse que passou a demanda de quatro solicitações à EJM, mas não sabe como está sendo feito o planejamento referente às capacitações solicitadas.

Campanha brinquedo e agasalho

Lisiane explicou que, após conversa com a servidora Valéria Linhares, do Secom, detectou a inviabilidade de a Comissão absorver a campanha de doação de brinquedos que ela voluntariamente faz no Tribunal, porque tem preferência por receber as doações em dinheiro, para adquirir os brinquedos em atacado, porque assim consegue uma quantidade maior para atender a um número maior de crianças. Ela deu a sugestão, então, de a Comissão fazer uma campanha do agasalho no mês de maio.

Lisiane disse que conhece uma entidade que atende moradores de rua que poderia ser a beneficiada, e se prontificou inclusive a levar o que for arrecadado.

A Comissão deliberou por engajar a Diretoria de Recursos Humanos para executar a campanha.

Lisiane ficou de fazer as tratativas com o RH.

Esperança disse que vai repassar ao Secom o pedido para fazer a arte de divulgação assim que os detalhes da campanha forem fechados.

Prêmio Juízo Verde 2023

Lisiane esclareceu que seria preciso inscrever um projeto na área de inovação em sustentabilidade do Tribunal até o dia 30 de abril para concorrer ao Prêmio Juízo Verde, mas seria preciso que o projeto estivesse concluído. Diante da inexistência, sugeriu que se elabore um projeto para ser inscrito no prêmio do ano que vem.

Dr. Fernando Armando lembrou que, quando presidente do Tribunal, chegou a solicitar que fosse verificada a possibilidade de o TJMMG assumir ou dar uma destinação de recurso para manutenção de alguma área verde da cidade.

Esperança sugeriu que, seguindo esta ideia, seja adotada a praça Marília de Dirceu ou outra área verde próxima ao Tribunal.

Cláudio sugeriu também que se pense em algo para além do Tribunal, que engaje a vida pessoal dos servidores.

Lisiane ressaltou que, se este modelo for seguido, é preciso pensar em uma forma de mensurar o resultado.

Esperança sugeriu, então, que os servidores tragam o seu lixo reciclável para ser descartado no Tribunal. E isso poderia ser estendido também para o público em geral, transformando o Tribunal como ponto de referência para coleta.

A Comissão deliberou por desenvolver os dois projetos para inscrever no prêmio em 2023.

Descarte de lâmpadas

Lisiane explicou que há 28 pontos de coleta de lâmpada fluorescente em Belo Horizonte e não há necessidade de nenhuma formalidade que impeça o Tribunal de fazer esse descarte com uma destinação correta, e não no lixo comum, como vinha sendo feito. Ela repassou um Sei para a Diretoria Administrativa para que as lâmpadas fossem contadas e descartadas nesses pontos de coleta, e não mais no lixo comum. Esse mês foi o primeiro descarte de 62 lâmpadas que já foram jogadas em um desses pontos próximos ao Tribunal.

Lisiane lembrou que o descarte de lixo eletrônico depende de uma licitação de bens inservíveis que está sob responsabilidade da Dirtic, e o descarte de pilhas está sendo feito em parceria com o Sinjus, que faz a coleta mensalmente de pilhas que estão sendo descartadas no lixeiro específico no térreo, próximo ao elevador. Ao Tribunal cabe apenas a pesagem dessas pilhas.

Esperança disse que irá produzir matéria para divulgar esse descarte de pilhas e lâmpadas no site.

Cláudio disse que, na sede do TRE, há uma caixa onde está sendo descartada tapinha de latas, e ele sugere que o mesmo seja adotado no TJMMG. Ele ficou de verificar para onde é destinado e planejar como fazer a execução disso, inclusive com a viabilização da caixa coletora.

A Comissão deliberou por fazer a campanha de arrecadação das tampinhas a ser lançada após a campanha do agasalho, para que não coincidam o lançamento de campanhas do mesmo mês.

Campanhas de conscientização

A arte produzida pelo Secom para a campanha de conscientização do uso do ar condicionado foi aprovada pela Comissão, com impressão em papel A4 simples, enquanto não há aquisição do papel adesivo por parte do Tribunal. A arte será afixada prioritariamente próximo ao controle do ar, nas salas onde ele fica na parede. Nas demais, será definido caso a caso, entre janela ou próximo da porta, dependendo do layout da sala, tendo prioridade o local com mais visibilidade, ficando um cartaz por sala.

A Comissão também deliberou pelo formato vertical para a campanha da economia de energia, a ser afixada ao lado do interruptor de entrada dos ambientes, porém esta arte irá aguardar a aquisição do adesivo.

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Ivana Esperança de Castro Barros, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO**, **Desembargador Civil do TJMMG**, em 18/05/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjmmg.jus.br/servicos informando o código verificador **0266391** e o código CRC **A207C3C5**.

Rua Tomaz Gonzaga - Bairro Lourdes
CEP 30310-140 - Belo Horizonte - MG